

A história revisitada e revisada em *À mão esquerda*, de Fausto Wolff

The revisited and revised history in *The left hand*, by Faust Wolff

Paulo Alex ¹

Resumo: O artigo aborda o diálogo entre literatura e história presente no romance *À mão esquerda*, de Fausto Wolff. A obra traz episódios históricos reais como parte da trama ficcional, dispensando a eles um tratamento que se torna uma verdadeira revisão crítica da história. Do temário abrangente do romance, destacamos passagens que tratam da imigração alemã para o Brasil e da Coluna Prestes.

Palavras-chave: Fausto Wolff; ficção; história; crítica.

Abstract: The article broaches the dialog between literature and history present in the novel *The left hand*, by Faust Wolff. The novel brings historic real episode like part of the fictional plot excusing them a treatment that became a true critic review of novel, we emphasize passages that deal from the german immigration to Brasil and of the Prests's Column.

Keywords: Faust Wolff; ficcion; history; criticism.

Publicado em 1996, *À mão esquerda*, do jornalista e escritor Fausto Wolff, é um romance extenso, composto por sessenta capítulos intitulados com o nome do personagem que o narra, acompanhados da data anual em que acontece algum fato narrado por ele. No capítulo **II Percival: 1943**, por exemplo, o narrador aborda, não exclusivamente, eventos ocorridos no ano de 1943, relembando sua infância, quando tinha três anos de idade. São vinte e oito narradores que surgem em uma distribuição meio aleatória, na qual, alguns comparecem apenas uma vez, enquanto outros surgem duas ou mais vezes, de acordo com a importância do que contam. Suas histórias de vida compõem a estrutura do romance e seus discursos são de estatutos diversificados – conversas informais, diário íntimo, carta, entrevista, testemunhos espontâneos.

Em uma narrativa fragmentada e não-linear, o romance narra a história da família von Traurigzeit, a sua origem na cidadezinha alemã de mesmo

¹ Paulo Alex Souza é mestre em Literatura Brasileira e Teorias da Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e especialista em Estudos Literários pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou como membro do Conselho Editorial da Revista Icarahy (UFF) e é professor concursado do Estado do Rio de Janeiro.

nome, tendo como foco principal a trajetória de vida de Percival von Traurigzeit, o protagonista, até o ano de 1995. No início, os Traurigzeit pertenciam à realeza europeia, eram duques e príncipes, mas, em virtude de disputas políticas e religiosas ao longo dos séculos, perderam a riqueza e o ducado em 1824, quando o duque Antônio von Traurigzeit e seus filhos, juntamente com centenas de camponeses, foram expulsos do ducado e vieram para o Brasil. Desses familiares, a narrativa salta para os seus descendentes no início do século XX, enfocando a história do núcleo familiar formado pelo casal Theodoro e Yolanda, seus quatro filhos, entre os quais, Percival, além de outros familiares deste, como avós, tios, sobrinhos, cunhada, filha, enteado.

Através da saga dos Traurigzeit, o romance tematiza diversas questões que percorrem a história das sociedades, entendida como sucessão de acontecimentos ao longo da existência humana, ligados a uma comunidade ou a um país, sempre envolvendo política, poder, religião, entre outras questões, seja no Brasil ou na Europa. Trata-se de um investimento de ordem material, uma matéria a mais além da narração subjetiva. Esse incremento material converte-se em um ganho qualitativo para o romance, que tem seu conjunto temático ampliado, problematizando o seu próprio estatuto. A abordagem é lúcida, irônica e, principalmente, crítica, buscando investigar a dinâmica dos eventos, suas causas e consequências. Por vezes, isso é feito de modo direto, outras vezes, de maneira sutil, com um comentário carregado de ironia, que, por sua vez, parece ser a forma por excelência com que a história é visada em *À mão esquerda*. Na análise dessa investida histórica, destacamos dois eventos separados por um intervalo de um século: a imigração alemã para o Brasil, iniciada maciçamente em 1824, e o movimento armado brasileiro que ficou conhecido como a Coluna Prestes, iniciado em 1924.

A tarefa de contar a saga da família Traurigzeit passa pelo procedimento de abordar o “pano de fundo histórico” em que os personagens se movimentam. Tendo a memória como a propulsora dos seus discursos, os personagens-narradores reconstroem o contexto social vividos por eles próprios ou por familiares. Neste segundo caso, enquadram-se as falas que remetem ao processo imigratório europeu, particularmente de origem alemão,

do qual alguns personagens do romance de Fausto Wolff fazem parte. Mesmo fragmentados, a soma desses relatos formam um panorama da questão. Quem primeiro fala do assunto é Rogério, tio do protagonista:

Os Malokinsky chegaram ao Rio Grande do Sul pouco depois dos von Traurigzeit, há quase cem anos. (...) vieram de uma região da Alemanha próxima à fronteira com a Polônia, lugar pobre. Já saíram de lá camponeses broncos e viajaram para cá porque o imperador prometeu mundos e fundos para os colonos que viessem desbravar essas terras do Rio Grande. Só que não cumpriu a promessa. Deixou a alemoada com uma mão na frente e outra atrás, tendo de brigar com índios para conquistar um pedacinho de chão. (WOLFF, 2007, p. 18)².

O narrador sintetiza o problema pelo qual passavam os imigrantes, seu relato é direto, ocupando-se em passar informações objetivas e preciosas. Seus antepassados vieram para cá atraídos pelas promessas do governo brasileiro da época, que efetivamente instaurou uma política de imigração, enviando agentes à Europa para cooptar famílias e formar um contingente humano a fim de colonizar a região Sul do país. Rogério denuncia o descaso governamental para com os imigrantes, gente pobre, ávida de ajuda, para quem promessas de *mundos e fundos* soam como a oportunidade de sair da pobreza e conquistar a felicidade. Se na Europa enfrentaram disputas religiosas e políticas, pegando em armas e indo à guerra, na nova terra os colonos também tiveram de lutar contra os indígenas, igualmente vítimas históricas do processo colonizador que marcou a história do Brasil.

João von Traurigzeit, avô paterno de Pérsio, também lembrando a vinda de seus antepassados para o país, em 1824, fornece outros detalhes sobre os *mundos e fundos* prometidos: “Dizia o homem que o Império do Brasil doava a cada imigrante um lote de setenta hectares, além de fornecer ferramentas agrícolas, sementes e subsídio em dinheiro.” (p. 39). Tais informações indicam que Fausto Wolff empenhou-se em recuperar, por meio de sua ficção, os eventos que compõem parte da história política do Brasil,

² Por serem muitas as citações do texto literário, doravante limitaremos a informar a página.

pois, de fato, o ano de 1824 assinalou o início de uma imigração em massa de alemães para a região sul do país:

Desde o ano de 1808 um decreto permitia a imigração de não-portugueses e até a concessão de terras a católicos estrangeiros; agora um decreto com a data de 16 de março de 1820, dirigindo-se expressamente aos “diversos povos da Alemanha e de outros Estados” constituía o fundamento jurídico para a formação de colônias com imigrantes europeus a serem fixados em pequenas propriedades agrícolas. (IGLÉSIAS, 1997, p. 222).

Como o país havia se tornado independente de Portugal, os portugueses não eram opção do governo, que optou por imigrantes de origem germânica. Colonos foram recrutados e daquele ano em diante, milhares de europeus desembarcaram nos portos brasileiros com o desejo de construir uma nova vida em terras brasileiras. Do ponto de vista do governo, os objetivos principais eram formar uma classe média estável no país e estimular o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola, daí uma “colonização baseada no minifúndio e no trabalho livre de seu proprietário” (IGLÉSIAS, 1997, p. 221). Com outro personagem, temos contato mais de perto com essa história:

Meu nome é Hermano Malokinsky e não é verdade o que vocês ouviram dizer que somos brancos e estúpidos. Somos lavradores e caímos numa armadilha. (...) Graças à sanha dos príncipes, às guerras entre eles, aos impostos escorchantes, ficamos cada vez mais pobres. (p. 24).

Manifestando a liberdade e a autonomia características dos narradores do romance, o velho lavrador inicia contradizendo de maneira explícita o que seu genro, Rogério, disse em capítulo anterior. Sublinhamos o uso da primeira pessoa do plural, indicando que ele se insere diretamente nos eventos que conta, pois faz parte da odisseia da família, mesmo não tendo participado da viagem de seus familiares pelo Atlântico e não tenha vivido os primeiros anos após a chegada, ocorrida na década de 1850, quando não era nascido. Ele

aponta a causa da pobreza progressiva da família, vítima da vontade de poder daqueles que governavam os lugares onde moravam. A história dessa família é a história dos habitantes dos ducados como o de Traurigzeit, pessoas sem direitos e sem opinião, sofrendo as consequências das ações de seus governantes. O passo errado dado por um, traz dor e sofrimento para muitos, que, quando não perdem a vida guerreando a mando de seus líderes, perdem o pouco que possuem para os impostos que financiam a guerra e o luxo dos monarcas. Como os Traurigzeit, os Malokinsky também entraram em decadência econômica, eis o resultado:

Para não ser obrigado a ir trabalhar quatorze, dezesseis horas por dia numa fábrica, meu avô vendeu o que restava das terras em 1850. Fez o que dizia a canção que os emigrantes cantavam no navio que atravessava o Atlântico em direção ao paraíso: “Procurar novas paragens onde há ouro como areia. Um lugar chamado Brasil”. Quando minha família chegou aqui, onde estavam as terras prometidas? Onde as escolas? Onde os armazéns? Havia índios, peste, miséria e conosco vieram também marginais, bandidos, prostitutas, bêbados, presidiários, gente já estigmatizada na Europa. As terras pelas quais pagamos já estavam em outras mãos. Sem falar a língua, fomos vítimas de doutores vigaristas. Vi meu avô e meu pai morrerem no cabo da enxada, viajando de um lugar para outro, cada vez mais no meio do mato. (p. 24-25).

O testemunho de Hermano inicia fazendo menção à realidade histórica que a Revolução Industrial impôs, com o surgimento de fábricas onde as pessoas se amontoavam para trabalhar num ambiente degradante, por boa parte do dia. Como camponeses que eram, tal realidade talvez fosse ainda mais absurda para os antepassados do personagem. Nesse ponto, um dado novo é acrescentado: a imagem do Brasil como terra prometida, como paraíso a ser conquistado, embolava os sonhos de prosperidade daquela gente carente. O Brasil visto como paraíso não foi invenção da época, que apenas reacendeu uma imagem de longa data no imaginário europeu, pois desde a Carta de Pero Vaz de Caminha, o país era retratado como um Éden perdido, a terra prometida em que se plantando tudo dá. O fato é que esse imaginário foi

mobilizado para encher os olhos dos europeus, fazendo-os sonhar com dias melhores, em que se viam como donos de vastas extensões de uma terra fértil. A música mencionada pelo narrador fazia parte da estratégia propagandista da empresa migratória daquele então, que se valia principalmente de publicações nos jornais, para arregimentar indivíduos para o trabalho em solo brasileiro.

Com um patete tom melancólico encontrado somente nas próprias vítimas, Hermano relata a decepção de seus familiares ao constatarem que haviam caído numa armadilha. As indagações dirigidas aos leitores são marcas textuais do rancor deixado por essa decepção, somada à humilhação de ter vindo junto com pessoas cuja moral não se coadunavam com a deles. É difícil fazer ideia do que é ser estrangeiro, não dominar a língua do novo país, não possuir a terra pela qual pagou, não ter emprego e nem dinheiro. O jeito foi fazer a única coisa que sabiam: trabalhar, lançar-se com a força e a determinação do povo milenar, guerreiro e viajante, do qual são descendentes. Como saída para superar as dificuldades advindas do descaso governamental e a hostilidade dos que aqui residiam, os colonos se embrenharam mato à dentro, construíram residências e fundaram cidades. E ainda hoje a questão agrária origina conflitos e gera mortes no país.

O que os personagens contam, muito mais evidente na narração de Hermano, vem da memória, não dos fatos em si, pois não foram testemunhas oculares, mas da narração sobre os fatos que a eles foi feita. Vemos a importância da narração para a formação da memória, que, em tempos antigos, era a responsável por guardar as histórias dos antepassados, transmitidas oralmente de geração para geração: “Eu me lembro do que não vi *porque me contaram*. Ao lembrar, re-atualizo o passado, vejo, ‘histórico’ o que outros viram e me testemunharam” (BOSI, 1992, p. 28). Refletindo sobre a questão temporal, Alfredo Bosi sublinha com clareza o poder que a memória possui ao ensejar a reversibilidade do tempo passado, através de formas variadas, tais como, o culto aos mortos, os rituais religiosos ou, no campo artístico, a reapropriação de estéticas passadas. Tudo isso passando pela capacidade da linguagem de produzir significados, de evocar o “outro” e trazê-lo para perto daquele que rememora. Remetendo à raiz indo-europeia comum das palavras

visão, ideia e história, o crítico também assinala a aproximação entre a memória, a história e o testemunho, de maneira radical: podemos lembrar daquilo que não fomos testemunhas oculares porque o fato nos foi contado, a narração do outro permite acessar o passado. Dessa forma, através do relato subjetivo e rememorativo, o romance recupera questões históricas que fazem parte do passado político do país e envolvem dramas coletivos, conferindo ao testemunho também o estatuto de discurso histórico.

A problemática dos conflitos também está presente no século vinte, mexendo com a vida de dois membros da família, Thibaldo e Theodoro, cujas histórias pessoais cruzam-se com a história política do Brasil. Exatamente cem anos depois da fuga dos Traurigzeit da Alemanha para a Holanda e depois para o Brasil, os dois rapazes fogem da casa do pai, com o objetivo de participar da revolta militar liderada por Luís Carlos Prestes e outros. No final do décimo capítulo, **Theodoro: 1924**, este narrador diz: “Na madrugada do dia doze de novembro de 1924 (eu já tinha meus quinze anos, mas todo mundo me dava mais de vinte), Thibaldo me acordou: — Acorda, piá, que nós vamos para a guerra.” (p. 48). Assim se deu, sem conhecimento do pai, eles partiram ao encontro dos revoltosos. Nesse ponto, tem início uma empreitada peculiar do romance, que se volta para nos mostrar o “pano de fundo histórico” por trás da história desses personagens. O capítulo seguinte, **XI Narrador: 1995**, se destina exclusivamente a abordar os acontecimentos políticos da década de 1920. Há uma preocupação em recuperar os eventos do período, superando até o objetivo de mostrar o cenário onde a trama transcorre:

O narrador garante que os irmãos Thibaldo e Theodoro Traurigzeit, que em 1924 caminhavam pelas ruas barrentas de Santo Ângelo para irem ao encontro de Luís Carlos Prestes, nada sabiam do Brasil ou do que se passava no Brasil. Sabiam apenas que uma guerra dos bons contra os maus, dos pobres contra os ricos havia começado (...) Vamos deixá-los por alguns instantes para estudar o cenário onde se passou essa tragicomédia na qual os dois irmãos são personagens de importância ainda menor que a dos marginais que acompanhavam na rabeira, sujos, famintos, maltrapilhos, as tropas dos reis

revoltosos dos dramas históricos de Shakespeare (p. 48-49).

Esse narrador tem como uma de suas matrizes estéticas, o chamado “sistema-coringa”, do dramaturgo brasileiro Augusto Boal. Consiste na utilização de um personagem que apresenta e analisa a matéria teatral encenada, obedecendo à “necessidade de analisar o texto e revelar essa análise à plateia; de focar a ação segundo uma determinada e preestabelecida perspectiva e só dessa; de mostrar o ponto de vista do autor ou o dos recriadores” (BOAL, 2008, p. 266). Manifestando, portanto, seu caráter de narrador-coringa, que interrompe a história para prestar esclarecimentos de várias ordens, o Narrador começa apontando a ignorância dos personagens em relação tanto à situação do Brasil, quanto do movimento do qual os personagens queriam fazer parte. Coerente com essa condição, ele afiança o pensamento maniqueísta que os irmãos tinham do confronto, um pensamento baseado em código de valores opostos, redundando num engajamento sem consciência das circunstâncias históricas, pautado apenas por uma identificação reducionista e idealizada.

O Narrador nos conduz à tarefa a que se propõe e é a finalidade da abertura desse novo capítulo: *estudar o cenário*. Ele sente a necessidade de explicar para o leitor todo o contexto sócio-político em torno das ações dos personagens, classificadas como *tragicomédia*, que juntamente com a comparação com os personagens de Shakespeare, ridiculariza essa adesão romântica à revolta. Começa então a falar da história do Brasil em termos gerais, fazendo referência à época do achamento desta terra por parte dos portugueses, depois salta para o século XX, entrando pela situação política do país, nas primeiras décadas do século, com destaque para as revoltas despontadas de norte a sul do país, entre 1920 e 1923:

Com o fim da I Guerra Mundial, o déficit brasileiro chegou a um milhão de contos de réis, menos de 1% do que devemos hoje. As velhas oligarquias agrícolas não souberam lidar com as primeiras greves operárias e o descontentamento da classe média urbana. Por isso mesmo aceitaram o paraibano Epitácio Pessoa na

presidência. Civilista, um dos primeiros atos do novo chefe do Executivo foi nomear dois civis para os ministérios da Guerra e da Marinha. Depois de dizer que civis em pastas militares não satisfaziam as aspirações do Exército, altas patentes fardadas levaram ao Congresso um pedido de aumento de soldo, pois, afinal de contas, era disso que a coisa toda se tratava. Iniciou-se uma revolução na Bahia em 1920, tão maluca que teve o apoio de um liberal como Rui Barbosa e dos coronéis do Nordeste, que armaram os jagunços para lutar contra o governo. Graças a um pedido de intervenção federal, seis mil soldados saíram do Rio para esmagar a revolta. (p. 49).

Valendo-se de uma linguagem irônica, a leitura do Narrador pauta-se em identificar os elementos constituintes do contexto histórico, começando por apontar a atuação nefasta das oligarquias brasileiras na política do país, pois se trata da apropriação do Estado por grupos de famílias e indivíduos, visando a manutenção de seus privilégios de classe. É denunciada a manobra política operada pelas oligarquias para contornar o descontentamento popular, como donas do poder, elas *aceitaram* Epitácio Pessoa. Os militares, por sua vez, entram na história também para defender seus próprios interesses: o aumento do soldo, a causa pelo qual lutavam, não tendo nada a ver com uma causa maior. O Narrador aponta o verdadeiro disparate que foi o movimento despontado na Bahia, congregando sob uma mesma “bandeira” – as aspas são imprescindíveis – liberais, coronéis e jagunços, que não à-toa é chamado de *revolução tão maluca*. A investida do Narrador vai no sentido de nos mostrar o absurdo que era todo aquele contexto político-social, que culminou nas revoltas tenentistas, com cada grupo defendendo somente seus interesses.

Depois disso, o Narrador conta em detalhes o levante militar que ficou conhecido como a Revolta do Forte de Copacabana ou Revolta dos 18 do Forte, informando a data e até mesmo a hora: uma hora e vinte minutos do dia 5 de julho de 1922. O passo-a-passo da resistência é abordado: a quantidade de soldados, as decisões e atos do comandante do levante, a desistência da maioria dos soldados, a luta em plena Avenida Atlântica, a adesão de um civil ao grupo revoltoso e a inevitável derrota do levante, restando vivos apenas Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Sobre estes dois, ainda se preocupa em

dizer: “O primeiro morreu alguns anos depois e o segundo viveu para ser brigadeiro e candidato duas vezes à presidência da República sempre pela direita” (p. 50). A crítica aqui vem camuflada de mera informação. Recontar o evento em detalhe mostra o quanto a empreitada tem importância para o romance, pois deixa evidente não se tratar de uma abordagem panorâmica da história, falando dos assuntos apenas de relance, *por alto*, pelo contrário, é notório o esforço no sentido de reconstruir o evento em sua integridade, a despeito da viabilidade ou não da intenção.

Dando prosseguimento ao seu relato, ele conta os quiproquós da política nacional em 1923. Fala da disputa entre Arthur Bernardes e Nilo Peçanha para a presidência do país, saindo vitorioso o primeiro; aborda a disputa política no Rio Grande do Sul, entre Borges de Medeiros e Assis Brasil, para a presidência da província. Com muita controvérsia, o primeiro saiu vitorioso do processo, os descontentes empreenderam o movimento armado conhecido como Revolução Libertadora, liderada entre outros por Leonel Rocha e Honório de Lemes. Essas informações e outras fornecidas por ele têm o objetivo de compor o panorama em que os verdadeiros eventos de seu interesse se desenrolam: as revoltas no Sul do país, mais exatamente, a revolta liderada por Prestes.

Durante o relato, ele aponta as características típicas da política brasileira. Nilo Peçanha era apoiado por esses “barões latifundiários, aliados aos cafeicultores que viviam brigando entre si, mandavam no país e nomeavam seus representantes políticos” (p. 52). Eles brigavam circunstancialmente, pois quando convinha, uniam-se. A cooptação de eleitores também é apontada: “Em troca de favores, como o aumento salarial do funcionalismo, os políticos tentavam cooptá-las [as classes médias] para uma ou outra facção oligárquica” (p. 52). Com humor e ironia, comenta que Arthur Bernardes era “considerado na época um dos homens mais elegantes do mundo”, para depois dizer que ele “tirou do poder os barões descontentes decretando intervenção federal no Rio de Janeiro e na Bahia. Além de censurar a imprensa incipiente e amadorística, deu início a um sem-número de prisões políticas.” (p. 52). Sobre o conflito de 1923, na região sul do país, diz: “Enquanto os ricos não se entendiam, morriam

muitos pobres de ambos os lados. Mas, como sempre, os ricos acabaram se entendendo” (p. 53). Isso é comum em toda situação que envolve pessoas abastadas e poderosas, pois fazem de tudo para manterem seus privilégios.

A narração sobre a marcha de Prestes é feita pelo dono de bodega, **Herbert Müller de La Cruz: 1951**, no capítulo treze, que conta a Otávio como conheceu o pai e tio dele. Destacamos o fato de que, em vez de se ocupar diretamente do episódio em que Thibaldo e Theodoro entraram em sua bodega, o narrador expõe ao seu interlocutor episódios políticos de 1924: “a tenentada que já tentara derrubar Epitácio Pessoa decidiu expulsar Arthur Bernardes do Palácio do Catete” (p. 57); “Como o Rio estava muito vigiado, a lambança começou em São Paulo no dia 5 de julho de 1924” (p. 58); “no dia 29 de outubro o troço finalmente explodiu” (p. 58). Os termos usados, “lambança”, “troço”, e para designar em outro lugar os revoltosos, “rapazolas”, contribuem para formar a imagem de um movimento imaturo, sem planejamento, sem organização, quer dizer, é um jeito de referir a ele que denuncia sua feição de simples revolta, mas não de revolução. Mais à frente, o narrador informa:

Acontece que a coragem do tenente Prestes ao botar na cadeia tudo que era autoridade do governo despertou a admiração do povo de Santo Ângela. Não teve vagabundo, aventureiro, desocupado, cachaceiro e até alguns filhos de boa família que não decidissem acompanhá-lo para São Luís. Alguns por farra pura, outros porque achavam que iam poder comer de graça todo dia e uns últimos para pelear mesmo porque Arthur Bernardes era um tiranaço como se fazem poucos hoje em dia. Para te dar ideia, umas cinquenta mulheres seguiram a tropa. É claro que deu merda e muita dor de cabeça pro tenente porque a colonada em vez de brigar com as tropas do governo brigavam entre si por causa de mulher. (p. 59).

O que poderia ser tomado como positivo, acaba sendo algo negativo. Falamos da admiração despertada por Prestes na população, porque é sentimento e sensação atuando no espírito, em vez de influenciar a consciência, isto sim seria mais proveitoso para consolidar um movimento que se quer revolucionário. Quanto a tropa, se não era especialista em combate,

pelo menos era diversificada; o tipo de gente que decidiu ingressar nela é a menos indicada para o serviço, que, ao lermos isso, nos faz pensar mais numa aventura tresloucada do que numa guerra para valer. Dividindo em três as motivações desses participantes de última hora, o narrador sublinha que apenas *uns últimos* é que estavam ali para guerrear, os demais, queriam farra e comida! Como se não bastasse, os integrantes se entretinham com as mulheres, em vez de estarem focados na guerra, sobre a qual não faziam ideia, tal como os dois irmãos.

O relato de Herbert Müller termina sem que ele conte a Otávio o desfecho da participação do tio e do pai na guerra. Quem se encarrega da tarefa é o narrador-coringa, que surge logo no décimo quarto capítulo, **Narrador: 1995**, para cumprir não apenas essa tarefa, mas também outra, de natureza igual àquela processada no capítulo onze. Pois nesse ponto, uma nova digressão é feita, por “necessidade”, pelo Narrador, que abordará “a situação política, filosófica e econômica do país”, interrompendo “a ação para comentá-la e, assim, facilitar a compreensão dos leitores” (p. 64). Com liberdade para criticar seu criador, o Narrador detém um lugar privilegiado, possuindo uma visão abrangente dos elementos da obra e de seu processo de criação, em postura semelhante a do coringa de Boal, para quem a “consciência do ator-coringa deve ser a de autor ou adaptador que se supõe acima e além, no espaço e no tempo, da dos personagens.” (BOAL, 2008, p. 277). Para tanto, “é necessário o seu afastamento dos demais personagens; é necessária a sua aproximação dos expectadores.” (BOAL, 2008, p. 267).

O Narrador se impõe como uma presença necessária e imprescindível, nesse momento, convém lembrar suas palavras quando de seu surgimento: “sou produto da falta de talento do autor” (p. 26). Para suprir essa suposta falta de talento, fez-se necessária uma voz onisciente, falando pelas bordas da história narrada. No fundo, o que é apresentado como falha ou erro do escritor pode ser entendido como mais uma jogada narrativa para que seu duplo, o Narrador, possa surgir e fazer seu papel de narrador-coringa, no caso, abordar o período histórico em termos políticos, filosóficos e econômicos, deixando patente que isso faz parte da empreitada destinada ao romance. Os

comentários e as interrupções do enunciado são mais do que uma pausa na narrativa, pois provocam uma mudança de foco com a finalidade de revisar criticamente a história política do Brasil.

Primeiramente, o Narrador menciona a intenção do caudilho Leonel Rocha, de explicar a Theodoro e Thibaldo, algumas questões políticas. Dirigindo-se ao leitor, o Narrador não faz cerimônia na hora de querer passar o seu recado e afrontar o leitor, chamando-o a ver o mundo além das aparências: “O que vocês talvez não tenham notado (...) é que o velho caudilho não fez menção à questão social ou aos fundamentos econômicos do domínio oligárquico.” (p. 65). No pensamento de recusar a realidade aparente, ele se esforça em se fazer entender: “Os tenentes revolucionários eram filhos da classe média ascendente, tanto é verdade que com exceção de Prestes e dos que morreram em ação, os demais acabaram ricos e reacionários” (p. 65).

Sabedor das disputas políticas posteriores, o Narrador aponta o destino dos revolucionários, que acabaram deflagrando a Revolução de 1930 e, bem mais tarde, o golpe de 1964. Muito antes, ele já havia passado o “relatório” da situação dos militares, em termos de origem social: “os generais e marechais eram filhos dos ricos, os tenentes formados pelas escolas militares, que compunham mais de 65% da oficialidade, vinham das classes médias. Os sargentos, cabos e soldados eram o povo e não piavam.” (p. 52). Afinado com esta opinião, agora ele diz: “O povo, por mais simpatia que tivesse pelos revolucionários que queriam derrubar o poder central, estava na mesma situação em que está hoje. Há muito não era mais protagonista da História, mas mero observador” (p. 65).

A histórica desigualdade social do Brasil marca também o movimento e a condição de classe não deixa que seja eliminada a distância entre os líderes da revolta e as pessoas comuns. Some-se a isso, a já apontada problemática do interesse da categoria, que o Narrador nos faz lembrar: “Os tenentes se insurgiram contra um governo que colocava a farda a serviço das lutas interoligárquicas. Com raras exceções, entretanto, a reação tenentista foi corporativa. Tinha mais a ver com aumento de soldo do que com aumento de justiça social” (p. 65). Tudo porque a classe dominante não se entendia e

brigava entre si, principalmente depois da crise pela qual passavam os Estados Unidos, tendo reflexos no Brasil, com “a queda das cotações do café devido à recessão no país que era o nosso maior comprador e explorador” (p. 65). As medidas internas tomadas geraram protestos e inflação, “Isso prejudicava os interesses das oligarquias não exportadoras, que em luta com as oligarquias exportadoras desequilibraram as frágeis estruturas políticas do país” (p. 65), pois o governo se prestava a interesses de classe.

Foi feita uma verdadeira revisão crítica desse período da história brasileira. À maneira do narrador-coringa de Augusto Boal, o Narrador de *À mão esquerda* também sente a *necessidade de analisar*, tanto o processo de construção da narrativa, quanto os fatos históricos por trás das ações dos personagens, *revelando essa análise à plateia*, isto é, ao leitor. Segundo o criador do “sistema coringa”, o agente deve *enfocar a ação segundo uma determinada e preestabelecida perspectiva*, no romance, a perspectiva é sempre crítica e irônica, expondo os motivos e as intenções por trás dos acontecimentos e a debilidade dos movimentos revolucionários brasileiros, capengas em todos os aspectos, do ideológico ao prático.

A utilização de dados da realidade histórica, por parte de uma narrativa ficcional, problematiza a sua configuração de narrativa apoiada exclusivamente na operação do imaginário. Para o filósofo Paul Ricoeur (1997, p. 220), na construção do mundo ficcional, a utilização de personagens históricos, acontecimentos datados ou datáveis e lugares reais, não faz aquele figurar dentro dos limites históricos verificáveis:

Dá-se o contrário. Do simples fato de que o narrador e seus heróis são fictícios, todas as referências a acontecimentos históricos reais são despojadas de sua função de representância relativamente ao passado histórico e obedecem ao estatuto irreal dos outros acontecimentos. Mais precisamente, a referência ao passado, bem como a própria função de representância, são conservadas, mas de um modo neutralizado [...] os acontecimentos históricos já não são denotados, mas simplesmente mencionados.

Ao figurar na trama ficcional, o objeto histórico teria neutralizada sua capacidade de remeter diretamente ao passado, já não podendo mais ser tomado como representante do passado histórico, nem como um rastro, restando a ele, apenas, um simples trabalho de citação; por rastro, entende-se o vestígio deixado pelo passado, cuja existência é testemunhada exatamente pelo rastro. Em “Contracenando com a História”, Therezinha Barbieri também reflete sobre a interação desses dois planos e esclarece:

Quase sempre, no trânsito entre História e ficção, o resultado é que acontecimentos fictícios ganham plausibilidade histórica e o fato histórico se irrealiza nas teias da ficção. A História não é centro axial irradiador de sentido, *nem a ficção uma idealidade estética criada do nada*. Na verdade, a narrativa histórica comporta elementos e procedimentos da elaboração ficcional, assim como a ficção *reelabora componentes derivados de fontes históricas*. Em vez de confrontes polarizadores e vértices excludentes, tento me situar no terreno híbrido das confluências. (BARBIERI, 2003, p. 99) (grifos nossos).

Pensando também no papel da disciplina histórica, a ensaísta aponta para uma hibridização recíproca, com cada um dos pólos trabalhando o outro à sua maneira e o título do ensaio por si só já remete à ideia de uma atuação em dupla, um diálogo em vez de um monólogo. Poderíamos nos estender com considerações de outros teóricos, porém, o que temos é suficiente para lançarmos luzes sobre o procedimento de Fausto Wolff. Num primeiro golpe de pensamento, consideramos que as palavras de Barbieri dão conta do processo empreendido pelo autor, enquanto que o “resultado” obtido é aquele afirmado por Paul Ricoeur. Todavia, nos parece que esse “resultado” não contempla satisfatoriamente o tratamento que o romance de Wolff dá aos elementos históricos, que são trazidos para o romance pelo menos de duas maneiras diferentes: primeiramente, como peças do jogo ficcional, sendo incorporados ao enredo propriamente dito. Exemplo disso é a utilização do dramaturgo inglês William Shakespeare como personagem em três capítulos.

Outra forma de comparecimento do extrato histórico no romance é a que acabamos de ver, sobre os acontecimentos da década de 1920. Nesse

caso, há episódios apenas mencionados, como a Semana de 22, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e a Revolta do Forte de Copacabana. Porém, até aí percebemos um corpo-a-corpo mais intenso com a história, pois a referida revolta é relatada em detalhes, extrapolando a mera menção. Quanto aos demais acontecimentos, a relação é ainda mais visceral. É dada uma pausa na história dos personagens para falar *sobre* o pano de fundo político, social e econômico, daí o Narrador dizer que irá *estudar o cenário*, em outro momento, vai expor a *questão social e os fundamentos econômicos do domínio oligárquico*. Não é apenas menção, mas uma meta que aproxima o discurso literário do discurso historiográfico, não se tratando de uma equivalência, apenas de uma aproximação que por si só já extrapola divisas antes bem demarcadas. Tudo isso converte-se em um rico e complexo diálogo com a história, fazendo do romance mais do que *uma idealidade estética criada do nada*, mas também uma via de conhecimento historiográfico, pela reelaboração de *componentes derivados de fontes históricas*.

Bibliografia

- BARBIERI, T. Contracenando com a História. In:_____. **Ficção impura**: prosa brasileira dos anos 70, 80, e 90. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 77-106.
- BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BOSI, A. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 19-32.
- IGLÉSIAS, F. [et al.]. Capítulo III – A Colonização Baseada no Regime da Pequena Propriedade Agrícola. In: **O Brasil monárquico**. Tomo II: reações e transações. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997. p. 220-244.
- RICOEUR, P. Poética da narrativa: história, ficção, tempo. In:_____. **Tempo e narrativa**. Tradução Roberto Leal Ferreira; revisão técnica Maria da Penha Villela-Petit. Campinas, SP: Papyrus, 1997. Tomo III. p. 173-469.
- WOLFF, F. **À mão esquerda**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2007.